

Este trabalho busca examinar discursivizações sobre língua portuguesa, no Brasil, desde o momento em que seu ensino tornou-se obrigatório em 1795 pelo Marquês de Pombal. Realizaremos uma breve retrospectiva histórica sobre as mudanças na ortografia da LP em nosso país e de Portugal o colonizado e o colonizador respectivamente. Nossa ênfase para o último acordo ortográfico, que propõe a unificação da escrita e ainda visa incrementar o valor de mercado do português. Observaremos os efeitos de sentido que esse acordo produzirá nos usuários da LP no Brasil.

A reflexão é relevante na medida em que a aprovação desse acordo, que promove alterações na ortografia do português, é recente e Portugal, até o momento, resiste em obedecer ao acordo. Questionamos também sobre os efeitos desse "tratado" no ponto de vista social. Os procedimentos metodológicos baseiam-se em pesquisa bibliográfica, na construção de um arquivo de textos (publicações na mídia impressa, digital, leis e manuais sobre a língua portuguesa e o novo acordo ortográfico) essa é a parte do corpus considerado empírico, por isso trata-se de um corpus híbrido, pois é composto de tanto de teorias e de materiais coletados. O corpus é composto por recortes de artigos sobre a língua portuguesa e sobre o acordo ortográfico que foram publicados na Revista Veja e na Revista Língua Portuguesa. Ainda, vale destacar que desde o momento da institucionalização da língua portuguesa iniciou-se a polêmica entre a designação do nome da língua que usamos e surge no ano de 1826 a designação de língua brasileira em oposição a "imposição" da língua nacional. As constatações vão no sentido de que os conflitos sobre a língua portuguesa entre Brasil e Portugal possuem raízes seculares e a nova lei ortográfica faz reacender essa rivalidade.